



PLANO DE GOVERNO CRICIÚMA - GESTÃO 2025-2028

PREFEITO: JOSÉ PAULO FERRAREZI (MDB)

VICE-PREFEITO: ANIBAL DARIO (MDB)

PLANO DE GOVERNO

O **Plano Municipal** de governo é um documento que fundamenta, regulamenta e orienta a proposição e execução de políticas públicas do município, para um período determinado.

Com um plano bem estruturado que tenha o condão de ensejar conseqüências efetivas e causar ampla empatia da sociedade, mediante a adoção de informações úteis, factíveis e seguras aos eleitores, teremos um posicionamento arrojado com abordagens exclusivas, potencializando seus resultados de campanha.

Importante aspectos que um plano de governo deverá contar:

1. Demonstração, de forma clara e objetiva, de como transformará a cidade.
2. Informação à população, com segurança, de dados e fatos úteis para a tomada de decisão.
3. Construção de argumentos sólidos e persuasivos para a campanha.
4. Conhecimento de casos de sucesso e possíveis aplicações *in loco*.
5. Que seja realmente eficaz a ponto de mudar a história da campanha!

APRESENTAÇÃO

Tem o presente documento o objetivo de apresentar à sociedade cricumense o Plano de Governo Gestão 2025 – 2028 dos candidatos a Prefeito José Paulo Farrarezi (MDB), e Vice-Prefeito Anibal Dario (MDB). As propostas contidas no Plano foram concebidas a partir das experiências e conhecimentos dos candidatos bem como por meio da participação de diversos segmentos da sociedade organizada e de cidadãos de diversos segmentos profissionais.

O Plano é uma proposta de política pública comprometida com a população sob a ótica de ser socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta.

Socialmente justa, porque respeita o ser humano. Não há sustentabilidade ambiental sem considerar a questão social. Uma cidade socialmente justa se constrói com a melhoria da qualidade de vida da população, e também com a diminuição das diferenças sociais e com políticas públicas voltadas à questão social.

Economicamente viável, pois proporciona o acesso à ciência e a tecnologia, além de visar à manutenção de uma política rigorosa de compras públicas, administrando e investindo o dinheiro público de forma transparente e justa.

Ser ambientalmente correta, implica na vinculação ao uso controlado dos recursos naturais, bem como na redução e na destinação final e adequada dos resíduos sólidos, na reciclagem dos materiais e da energia, no uso das tecnologias limpas, na educação ambiental, e, finalmente, em regras de proteção ambiental e fiscalização. Com o meio ambiente

degradado, o ser humano abrevia o seu tempo de vida e a economia não se desenvolve satisfatoriamente.

A cidade de Criciúma destaca-se por ser a maior cidade entre as capitais, Porto Alegre e Florianópolis. Possui o setor industrial diversificado, comércio e serviços reconhecidos pela qualidade e diversidade, na medida em que, nos últimos anos, tem também sofrido retração na sua economia e na sua própria vocação, reflexo dos diferentes impactos econômicos que passou o País, e ainda passa, bem como das decisões sob o viés da economia local.

Fazer da nossa cidade um bom lugar para se viver e atrair investimentos é responsabilidade de todos nós cidadãos e compromisso do gestor público, no sentido de, em conjunto, buscar o fortalecimento das relações com instituições de ensino, entidades de classe e outras organizações, sejam elas dos setores públicos ou privados, formando relações saudáveis com a finalidade de atingir tal propósito.

É com base em tais parâmetros que a partir do 2º dia do mês de janeiro de 2025 trabalharemos incansavelmente para uma cidade voltada ao progresso humano e econômico, sem prejuízo da extrema cautela com o manejo das finanças públicas. Serão quatro anos de trabalhos intensos, responsáveis e com resultados expressivos para a nossa gente. Junte-se a nós!

PLANO DE GOVERNO

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

1.1 - ENTENDIMENTO:

Desenvolvimento econômico é o crescimento econômico adicionado das melhorias na qualidade de vida que proporciona à população.

Como planejamento, pressupõe a propositura de ações para que o poder público possa atrair novas oportunidades de trabalho e renda como também desenvolver e implantar políticas públicas que promovam qualificação profissional e o acesso do trabalhador na geração de trabalho e renda.

1.2 - DIAGNÓSTICO:

Cidade pólo da Região Sul com uma população estimada de 214.493 pessoas (2022), Criciúma é a principal cidade da Região Metropolitana Carbonífera que possui cerca de 446.902 mil habitantes (IBGE 2021). É a quinta maior população de SC e a 22ª da Região Sul do País.

Criciúma já foi a quarta maior economia de Santa Catarina na década de 1990 e início dos anos 2000. Atualmente ocupa, timidamente, a nona posição entre as maiores do Estado. Um dos fatores apontado é a falta de investimentos em empresas de transformação, sem mencionar aquelas que deixaram de atuar no Município. Em algum momento foi dada prioridade ao setor de serviço, perdendo, assim, a oportunidade de solidificar-se como um grande pólo industrial. Portanto, é chegado o momento desta retomada do setor industrial, sem prejuízo do fortalecimento dos setores de serviços. Ademais, a consolidação da Região Metropolitana garantirá o cumprimento do papel de Criciúma como cidade pólo, oportunizando a qualificação profissional e gerando oportunidades para que nossos formandos (leiam-se aqueles egressos dos ensinos profissionalizante, técnico e superior) trabalhem na região, focando na qualidade de vida de seus cidadãos com emprego e renda digna.

Conforme diagnóstico fornecido pelo setor de comércio (CDL), por volta de 2004, 21% a 24% da economia local era formada pelo comércio, sendo 18% pela indústria e 18% a 19% por serviços. Atualmente, a economia é formada predominantemente por serviços, o que significa que não há dinheiro novo ingressando de forma efetiva. Com a crise decorrente do coronavírus, aproximadamente 50.000 pessoas perderam seus empregos na região. A título de exemplificação, Criciúma já foi a 2ª cidade do Brasil na transformação do tecido índigo, não obstante a confecção representar um segmento importantíssimo. Tudo se deveu à falta de formação profissional, tanto do empregado quanto do próprio empresariado. Este último, em específico, poderia ser mais participativo nas questões atinentes à formação profissional e maior preocupação com as questões sociais. Nos dias de hoje, temos o SENAC atuando no trabalho de formação, a UNESC, uma das maiores empregadoras e que ainda traz dinheiro novo para a cidade (principalmente com a vinda da faculdade de medicina), faltando o fortalecimento no setor de saúde (UNESC + HOSPITAIS), a fim de que a cidade seja referência regional e as pessoas que aqui se profissionalizem queiram se estabelecer na cidade por esta fornecer um sistema de saúde seguro.

No contexto da “indústria limpa”, temos a SATC, o Centro de Inovação, o SENAI, o IFSC além de outras Instituições de ensino superior e técnico, de modo que, o Poder Público, deverá ter o importante papel de unir todas as entidades numa ação coordenada.

No contexto do comércio, há necessidade de o Poder Público incrementar o transporte coletivo e, no contexto da indústria, viabilizar maiores espaços para receber novas empresas.

Importante que, em todas as falas, sempre ficou muito forte a importância na qualidade da formação dos egressos dos diferentes níveis de escolaridade bem como, a permanente atualização/capacitação dos profissionais em todos os segmentos produtivos.

Ser a INOVAÇÃO, a palavra de ordem para tudo e todos.

1.3 - AÇÕES PROPOSTAS

- a) Implantar a Região Metropolitana Carbonífera;
- b) Promover feiras de negócios envolvendo os diversos segmentos da cidade e região – eventos de negócios;
- c) Implantar novos e fortalecer Distritos Industriais existentes;
- d) Definir políticas públicas de incentivos às empresas instaladas e para a vinda de novas empresas;
- e) Ampliar a relação das empresas com as Universidades e outras Instituições de ensino para a pesquisa/inação;
- f) Implantar o Condomínio de Desenvolvimento Industrial – Centro de Inovação com acesso das empresas e novos empreendedores – incubadoras;
- g) Ter o processo de abertura de novos negócios ágil e descomplicado - desburocratizar;
- h) Criar o Observatório de Desenvolvimento Econômico visando monitorar o desempenho do Município;
- i) Em parceria com as Instituições de ensino implantar o “Programa Empreendedor”, oportunizando recém-formados, desenvolverem seu próprio negócio e encaminhamento para programas de *trainees* nas empresas da região;
- j) Promover ações por meio do Conselho Municipal do Turismo para ampliar o número de eventos anuais em Criciúma, o chamado “turismo de eventos e negócios”;
- k) Articular com instituições financeiras linhas de crédito para as empresas e novos empreendedores;
- l) Ser o **Agente Público** o grande articulador para atrair novos negócios para a cidade;
- m) Fomentar o Consumo Consciente, no sentido de sensibilizar os empresários e a população para aquisição de insumos ou produtos e serviços locais (na indústria têxtil isto já vem ocorrendo desde 2016);

- n) Fomentar a Economia Solidária, mediante a implantação de feiras nos bairros com a oferta de produtos e serviços locais, mediante regras pré-definidas de padronização, limpeza e observância das normas de higiene. Programa aqui se faz, aqui se compra;
- o) Apoio para implantação de *startups* na área de tecnologia, mediante alinhamento com as instituições de ensino;
- p) Ensino integrado – Mediante pesquisa, focar na capacitação dos novos e atuais profissionais, abrindo a possibilidade para a instalação de empresas do seguimento de T.I;
- q) Unidades de Saúde bem estruturadas e serviço de qualidade, no sentido de atrair, para que as pessoas permaneçam na cidade;
- r) Promover grandes eventos tratando de assuntos de interesse da cidade em parceria com Universidades, Faculdades, ACIC, CDL, FIESC, SENAC, entre outros parceiros, com a participação de profissionais de renome Nacional e Internacional.

2. CONTAS PÚBLICAS E PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

2.1- ENTENDIMENTO:

A controladoria é um órgão de controle interno responsável por deter informações financeiras-físico-econômicas das instituições. Manter o monitoramento permanente das contas da prefeitura – receitas e despesas – responsabilidade fiscal e viabilização da saúde financeira da CriciúmaPrev, com a visão de futuro saudável para cumprir com seus objetivos pelo qual foi criada, e a promoção dos ajustes necessários para sua sustentabilidade.

2.2 - DIAGNÓSTICO

A Controladoria tem como missão e conceito básico o de implementar sistemas de informações econômicos-físico-financeiros capazes de suprir os gestores de dados para que possam tomar decisões de acordo com os objetivos e metas de qualquer entidade. Atualmente não há um serviço de controladoria consolidada na Prefeitura Municipal de Criciúma, com a responsabilidade de ser o “olhar” das contas. As tomadas de decisões de compras ou financiamentos passam pela saúde financeira da Instituição, não como pró-forma, como atualmente ocorre.

Na CriciúmaPrev não há sistema de controle interno. Até existe na Prefeitura, mas está aquém das expectativas. Atualmente existe 4 funcionários com FG (foram lotados na repartição) com funções de média e baixa complexidades. Os cargos de alta complexidade (advogado, contador, auditor), são comissionados, de modo que o levantamento das contas por estes pode não corresponder à realidade. O trabalho de consultoria (composta pelo cálculo atuarial e pela alocação dos recursos em investimentos) é formado por contratos dispensados de licitação. A empresa que elabora o cálculo atuarial é a mesma que tem com a Prefeitura. Quanto à presidência da CriciúmaPrev, o papel atual é proteger o interesse do prefeito. A empresa anterior apresentou alíquotas que não agradaram o prefeito, o qual com ela, decidiu rescindir o contrato e contratar outra para fazer o trabalho dele, com dispensa de licitação.

Quanto aos relatórios atuariais, hoje não há déficit atuarial, mas no futuro próximo estará na ordem de R\$700.000.000,00. Existe normativa federal que possibilita o aporte mediante contribuições complementares e alíquotas progressivas. O que acontece hoje: existe duas alíquotas, a alíquota básica (arcada pelo servidor e município) e alíquota suplementar (arcada pelo servidor). Se fosse observar o cálculo atuarial (para manter o equilíbrio das contas), a alíquota suplementar estaria na faixa de 18,5%. Ocorre que, a pedido do município, foi diminuída a alíquota suplementar para 4%, “jogando” o restante para o futuro. A esse respeito, existe uma Ação Civil Pública tramitando.

A dívida atual da CriciumaPrev é de R\$1.500.000,00, que está sendo parcelada. O compromisso mensal está sendo cumprido, porém de forma defasada, pois todo o mês a dívida vai artificialmente diminuindo por conta da alíquota suplementar. O cálculo projetado para o futuro, para cobrir o déficit, será de desconto da alíquota suplementar na ordem de 70% (humanamente impossível de se aplicar).

Houve a extinção dos Conselhos de fiscalização e controle, retirando poderes e delegando a nomeação de cargos exclusivamente pelo prefeito.

O grande problema que se vislumbra é que desde a criação da CriciumaPrev deveria haver aportes iniciais pelo Município, a fim de que não pesasse nos cofres as aposentadorias dos servidores municipais que não contribuíram ou pouco para o CRICIUMAPREV. Além disso, a contribuição amparada na paridade com o último salário no final de 2003 não tem como alterar. Existe em média 10 servidores municipais que se encaixam neste regime.

Problemas reais:

- a) Reparcimento (fator mais prejudicial);
- b) Descapitalização dos investimentos (pois se acaba tirando o dinheiro investido para cobrir as aposentadorias atuais);
- c) O ideal seria a cobrança de uma alíquota suplementar de 30%. Atualmente inicia-se com 4% porém termina com 70%;

- d) Prevê-se que daqui a aproximadamente 5 anos já teremos repercussão negativa no CriciúmaPrev;
- e) O dinheiro que é aplicado no CriciúmaPrev não pode ser aplicado em outras questões da cidade;
- f) A CriciúmaPrev não possui Portal Transparência.

Resultado da CPI do CriciúmaPrev: entradas (2019): R\$3.500.000,00; saídas R\$2.500.000,00; investimentos R\$1.000.000,00. Atualmente está equilibrado, porém no médio prazo, (2/5 anos) os problemas começarão a surgir.

O município teria condições de pagar 17% à CriciúmaPrev.

2.3 – AÇÕES PROPOSTAS

CriciúmaPrev

- Implantar ou aperfeiçoar o departamento de controladoria;
- Manter as contas em dia e o controle dos gastos públicos, onde e quanto, será tratado com responsabilidade e seriedade;
- Aperfeiçoar os controles;
- Gerenciar os processos e procedimentos administrativos;
- Planejar alinhado com os recursos disponíveis;
- Respeitar os fornecedores e prestadores de serviços;
- Ter qualidade e preço justo nos produtos e serviços entregues;
- Cumprir com as obrigações financeiras assumidas e de responsabilidade do Município com os setores;
- Organizar, no CriciúmaPrev, concurso Público para a Administração Executiva do Instituto. Transformá-la em autarquia, com quadro de servidores efetivos (reestruturação administrativa na base). Pessoal do quadro efetivo (cargos de alta complexidade) para gerir os recursos e acabar com os comissionados em desvio de função. Criar dispositivos legais para o efetivo pagamento do Município em relação às

contribuições previdenciárias, para assim acabar com esses projetos de parcelamento dos débitos acumulados ao longo das administrações. Acompanhar a saúde financeira da previdência municipal, garantindo os controles de suas receitas e despesas, o equilíbrio financeiro, as atuais políticas de aposentadoria e a gestão profissional. Criar Conselho administrativo e fiscal, compostos por servidores indicados pela Câmara de Vereadores, Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais e Prefeitura.

➤ Buscar bons exemplos de gestão dos fundos de previdência municipal, a exemplo de IPREVILLE.

Prefeitura

- Manter um sistema de controle eficiente e eficaz;
- Melhorar o controle dos serviços recebidos pela Prefeitura: obras, produtos, serviços;
- Concluir a integração da rede de dados em fibra ótica;
- Repensar a Indústria: Nosso município foi, nos últimos tempos, planejado para Comércio e Serviços, só com novas Indústrias vamos conseguir aumento considerável na arrecadação. Mudanças no Plano Diretor serão necessárias.
- Ampliar a fiscalização, conscientização sobre a importância do pagamento, aumento das receitas na Dívida Ativa, estímulo da educação fiscal e uso de tecnologia adequada.
- Elaborar projetos com o propósito de buscar dinheiro no plano Federal e Estadual. Com bons projetos, existe recursos à disposição em todos os setores da Administração com baixa contrapartida e até sem contrapartida, possibilitando, com isso, a economia no chamado recurso bom, fonte 100, arrecadação local.
- Manter controle Efetivo na Dívida Ativa: elaboração de projeto para controle, acompanhamento e cobrança das dívidas ativas do Município com responsabilidade.

- Sistematizar o controle efetivo da Frota Municipal (gastos com combustível, manutenção por veículo): atualmente não existe esse controle simplesmente porque a Administração atual não tem interesse. Esta ação, por si só, vai trazer muita economia.
- Repensar a gestão financeira da AFASC: proposta de Lei que exija que a AFASC trate o dinheiro público como tal, principalmente no tocante à aplicação da Lei de Licitações. Atualmente o dinheiro sai da Prefeitura (verba pública) e “num passe de mágica” vira privado, comprometendo a lisura do processo e a própria transparência.

Para entender a AFASC: a AFASC é uma associação (privada, portanto) que recebe a qualificação de OS (Organização Social)¹ pelo contrato (convênio) que mantém com a Prefeitura Municipal. Dentre outras, há uma importante intenção subjacente nos convênios entre a Prefeitura e o terceiro setor, que é a de exercer um maior controle sobre aquelas entidades privadas que recebem verbas orçamentárias para a consecução de suas finalidades assistenciais, mas que necessitam

¹ A *organização social* é uma qualificação, um título, que a Administração outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do Poder Público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.), para a realização de seus fins, que devem ser necessariamente de interesse da comunidade (Lei federal n. 9.637, de 18.5.1998). A AFASC mantém, com o Município, convênio visando ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos, mediante repasse de aporte financeiro, via dotação orçamentária da rubrica **FUNDEB, dentre outras atribuições**. Conforme autos do Agravo em Recurso de Revista que tramitou no TST (**ARR - 3538-64.2011.5.12.0027**), **cita-se trecho da decisão exarada pelo relator do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**: O relatório da auditoria de desempenho realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (fls. 172 e seguintes), em dezembro de 2003, com o escopo de avaliar o serviço público de ensino infantil do Município de Criciúma, **executado de forma direta pela Prefeitura, e de forma indireta pela entidade filantrópica AFASC, subsidiada com recursos do orçamento municipal**, revela que os centros de estudo onde são executados os serviços vinculados à AFASC (ensino infantil) são de propriedade da Prefeitura (fl. 173). Assim, ainda que entenda que, de fato, a celebração de convênios para repasse de verbas públicas para atendimento de crianças em idade pré-escolar entre o ente da Administração Direta e entidades filantrópicas esteja autorizada pelo art. 213 da Constituição Federal, no caso concreto, essa realidade é diversa. Conforme já destacou o Juízo primeiro, e revelam satisfatoriamente os documentos colacionados, a direção da ré AFASC é vinculada à administração municipal (segundo previsão estatutária, a presidência da entidade filantrópica incumbe à esposa do ocupante do cargo de prefeito, ou a quem ele indicar, se solteiro ou se mulher), **com total dependência orçamentária e patrimonial** (fl. 466). A realidade que emerge da presente ação civil pública é no sentido de que **ao Município, na condição de responsável pelo repasse dos recursos provenientes do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério), em valores de considerável monta, incumbe fiscalizar e orientar a utilização da verba pública repassada, e que, no caso da AFASC, esse encargo estaria sendo negligenciado.**

enquadrar-se numa programação de metas e obtenção de resultados. (<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>).

O dinheiro de repasse para a AFASC é público e continuará sendo. A lei de licitações não se aplica para as entidades privadas, porém, as verbas recebidas por meio do convênio deverão submeter-se por um rigoroso controle, precedido de um programa de metas e resultados, caso contrário perderá a qualificação de Organização Social. Desta forma, é premente a necessidade de maior controle e transparência na AFASC.

- Promover concurso Público/Redução de Comissionados. Com novos concursados e diminuição de cargos comissionados iremos também reduzir despesas e com isso melhorar o fluxo de caixa. Existem muitos desvios de funções.
- Revisar o Estatuto do Servidor. Para corrigir muitas discrepâncias e privilégios na folha dos servidores concursados só será possível com um estudo e adequações do Estatuto do Servidor, até para resguardar os direitos adquiridos dos atuais servidores.
- Criar a Controladoria Geral do Município (CGM) conforme preconiza a legislação atual. Controladoria ligada ao Gabinete do Prefeito com *status* de Secretaria e autonomia de atuação no combate aos desvios, a fim de reduzir prejuízo ao erário público. (Conforme Legislação Atual. Art. 31 da Constituição Federal e art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei Federal 12.846 Anticorrupção, Lei Federal 12.527 Acesso à informação e Lei Federal 8.429 Improbidade Administrativa).
- Manter o controle do Fluxo de Caixa. A Secretaria da Fazenda deverá trabalhar com o sistema de fluxo de caixa, possibilitando, assim, uma melhor tomada de decisão por parte do gestor, considerando as obrigações a curto e longo prazo, mesmo se tratando de administração pública e não privada, transmudando-se em uma gestão efetiva.
- Elaborar pela Diretoria de Trânsito e Transporte, projeto para ampliação dos rotativos (áreas de atendimento, isso ajuda a organizar o trânsito);
- Maior controle da cobrança (hoje acontece de forma arcaica);

- Maior controle no cartão abastecimento eletrônico (pré-pago, via Internet, mediante maquininha ou guichê eletrônico);
- Realizar de concurso para Administração da DTT. Poderá haver nomeação de um técnico concursado para a Administração da DTT.

(Criada pela Lei Complementar nº 203, de 18 de janeiro de 2017 (dispõe sobre a estrutura da Administração Pública e do Poder Executivo do Município), extinta ASTC – ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA) Decreto 460/17: Art.2º. A Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT, coordenada por um Diretor nomeado Autoridade Trânsito e Transporte do Município, por delegação do Chefe do Poder Executivo, será responsável pelo Sistema Municipal de Transporte e Circulação – SMTC que trata da circulação de pessoas, veículos e mercadorias no município de Criciúma, pautado pelo princípio da essencialidade e preferência.

3. INTEGRIDADE PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA

3.1 - ENTENDIMENTO:

O conjunto de arranjos institucionais que visam com que a administração pública não se desvie de seu objetivo precípua: entregar os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

Pressupõe um governo transparente, com seus compromissos e obrigações, por meio do qual mantém um portal da transparência atualizado e abrangendo todos os órgãos, entidades e contratos.

O Poder Público deve ter o entendimento claro das suas reais responsabilidades de gestor, respeitando as normativas já existentes, adequando ou criando novas quando necessário, o compromisso com o plano de governo e os compromissos assumidos em campanha. Cabe também, na mesma linha de atuação e comprometimento, a toda sua equipe de governo.

Pressupõe a utilização dos recursos públicos de forma justa e distribuídos conforme planejado, bem como de todo patrimônio público, prestando à sociedade a devida transparência de seus atos. O portal da transparência, conforme já salientado, deve ser atualizado com dados reais e atuais, fazendo dessa ferramenta uma parceira de credibilidade das ações do governo.

3.2 – DIAGNÓSTICO

Conforme informações obtidas no tópico acima, não há transparência em diversos setores da prefeitura, notadamente no setor de contratos, concursos públicos e licitações (vide: <http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2020/contratos-referentes-a-iluminacao-publica-sob-investigacao-gaeco-cumpre-cinco-mandados-em-criciuma>, de 02/07/2020) (Dados podem estar desatualizados)

3.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- ❖ Aperfeiçoar o canal de Ouvidoria já existente, mantendo as informações atualizadas e imediatamente encaminhadas à secretaria competente para análise acerca da viabilidade e execução da

reclamação ou sugestão, estipulando um prazo em dias úteis para retorno formal ao usuário;

- ❖ Ampliar o Portal Transparência, no sentido de possibilitar ao cidadão, de forma didática, a destinação das verbas públicas, incluindo o CriciúmaPrev e Afasc;
- ❖ Implantar o portal da transparência da AFASC ou que todas as informações desta estejam no portal da Prefeitura;
- ❖ Dar transparência às demais autarquias ou serviços que tenham a participação de recursos financeiros públicos em portal próprio ou com visibilidade no portal da prefeitura;
- ❖ Ampliar o canal de comunicação com o Observatório Social e outras entidades da sociedade civil organizada que têm como propósito o controle das contas públicas.

4. SAÚDE E BEM ESTAR

4.1 - ENTENDIMENTO:

Saúde - pode ser definida como “*um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidades*”.

Saúde Pública - na concepção mais tradicional, é a aplicação de conhecimentos (médicos ou não), com o objetivo de organizar sistemas e serviços de saúde, atuar em fatores condicionantes e determinantes do processo saúde-doença, controlando a incidência de doenças nas populações por meio de ações de vigilância e intervenções governamentais.

Na questão de Políticas públicas, pressupõe a implementação de estruturas físicas de qualidade, profissionais capacitados e em número suficiente, disponibilidade imediata de medicamentos e atendimento com qualidade e responsável.

A melhoria dos serviços públicos de saúde passa, obrigatoriamente, pela humanização do atendimento em todas as suas fases. Continuar focando a qualificação e melhoria dos modelos de atenção à saúde básica, com atividades na promoção, prevenção e recuperação em saúde, realizando programas especiais para as diferentes idades, com atendimento acolhedor integral de cidadão, observando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS) da ONU. Dessa forma, o grande objetivo é estabelecer a continuidade e sustentabilidade das ações eficientes e efetivas, focando na gestão de qualidade que garanta uma saúde pública no atendimento as necessidades da população, garantindo que os serviços cheguem a todos, sem distinção social ou racial possibilitando o acesso a sistemas ágeis e abertos à inovação e o uso de novas tecnologias.

4.2 – DIAGNÓSTICO

4.3– AÇÕES PROPOSTAS

- ✓ Ampliar os conselhos locais de saúde fortalecendo e democratizando o controle social nos territórios de saúde do Município;
- ✓ Implantar redes de assistência à saúde (mental, psicossocial, do idoso, urgência/emergência e pacientes portadores de necessidades especiais) com adoção de linha de cuidado e protocolos de atendimento;
- ✓ Implantar sistema de remuneração salarial dos servidores da saúde baseado na gestão de resultados por meio de indicadores em saúde;
- ✓ Implantar o Núcleo de formação em serviços de saúde para servidores da secretaria de saúde, por meio da escola de gestão pública;
- ✓ Ampliar equipes de atendimento do PSF (Programa de Saúde da Família);
- ✓ Avaliar, e se necessário, renovar a frota de ambulâncias da central de transportes eletivos;
- ✓ Ampliar os mutirões para procedimentos cirúrgicos eletivos e ambulatoriais;
- ✓ Integrar todos os sistemas informatizados nas unidades de serviços e setores;
- ✓ Implantar a coleta de dados informatizados dos Agentes Comunitários de Saúde por meio de computadores portáteis (palmtop);
- ✓ Implantar sistema de comunicação via SMS (mensagem de celular) com pacientes (agendamento de consultas, resultados de exames e outros serviços);

- ✓ Ampliar o centro de atendimento para animais de pequeno e médio porte;
- ✓ Construir ou readequar espaço físico para receber a central de abastecimento farmacêutico e de insumos;
- ✓ Construir mais duas UPAs principalmente nas regiões mais populosas;
- ✓ Fortalecer o Conselho Municipal das políticas antidrogas.

5. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

5.1 - ENTENDIMENTO:

Pensar e trabalhar a educação alinhada com os tempos atuais, resgatando valores, integração com a família, educação de qualidade, discussão do IDEB, capacitação permanente dos professores, estrutura das escolas para atividades complementares – tempo integral e a percepção dos potenciais para a pesquisa, ciência, tecnologia, inovação e o mundo do trabalho. A direção da escola deve ser a gestora do processo educacional, da estrutura física, promovendo, em integração com a família e a comunidade, um ambiente escolar sadio e participativo.

5.2 – DIAGNÓSTICO

5.2.1 - Educação

A educação é um direito fundamental de todo cidadão. É inegável que nos dias atuais a educação é foco de preocupação e reflexão da sociedade em geral, visto que as redes sociais, a internet, o uso de novas tecnologias e a demanda por novos perfis profissionais, exigem que o processo educacional seja ressignificado continuamente. Apesar dos inúmeros caminhos sugeridos para a educação básica brasileira, o consenso que emerge entre educadores, pais e estudantes é único: **a educação no país está em crise**. Mais de 60% dos alunos no quinto ano não conseguem interpretar textos simples, tampouco fazer cálculos matemáticos básicos. Repensar a educação passa por tratar alguns problemas relacionados à escola como: inclusão de alunos com deficiência, relacionamento escola família, poucas escolas com tempo integral, falta de vagas, possibilidade de atividades específicas no contraturno, capacitação permanente dos professores, qualidade das instalações físicas, espaços próprios para atividades específicas, professores despreparados, falta de profissionais especialistas, salários defasados e sem perder de vista a razão de todo esse processo, o aluno. Além desse contexto, merece olhar para o cenário atual, que com suas mudanças rápidas, exige que os atores envolvidos no processo educacional, promovam as mudanças necessárias contínuas para que se possa fazer uma educação de qualidade.

Em se tratando de Ciência, Tecnologia e Inovação a análise que fazemos é por uma educação desconectada com o meio social e o

produtivo. Não promove, regra geral, relação entre o que aprendemos e a realidade, razão pela qual a educação deverá ser transformadora e ao mesmo tempo, gerar oportunidades.

Prova disso são os trabalhos de conclusão de cursos, em todas as fases do ensino, em que relatórios, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações, teses e trabalhos de pesquisa poderiam atender uma demanda local de melhoria da qualidade de serviços ou novos produtos em todas as áreas.

O que acontece com a educação em Criciúma HOJE:

- Prefeito não valoriza seu servidor;
- Falta diálogo com os gestores das unidades;
- Escolas abandonadas em termos de informações com a pandemia;
- Os Projetos costumam vir de “cima para baixo”: Secretaria não escuta os professores, há descaso e os projetos acabam não atendendo à realidade das escolas;
- Há que se convir que muitas demandas são atendidas, porém nem sempre as são com qualidade (exemplo de um ginásio que demorou 15 anos para a escola ser atendida, mas que foi construída com material de péssima qualidade, há goteiras, etc.)
- As obras são executadas geralmente com empresa que está sempre prestando serviços para a Prefeitura;
- A Prefeitura tem fornecido materiais e segurança, porém ainda está muito aquém do ideal;
- Com a pandemia o Prefeito retirou dos salários dos professores, sem que, em contrapartida, houvesse a transparência (destinação do dinheiro)
- Há ensino integral até a primeira fase do ensino fundamental, porém é necessário que todos os alunos permaneçam na escola o máximo de tempo;
- Existem escolas com boas estruturas, inclusive existe projeto da FME com estagiários de Educação Física. Porém, nem todas as escolas possuem estrutura adequada;
- Conselho Municipal de Educação funciona, e constitui numa garantia de articulação entre Diretores, Sindicatos e Secretaria.

- Questão dos ACTs e a “quarentena” (um ano podem concorrer, mas outro ano não) prejudica a continuidade e o envolvimento com a escola. Se o profissional tem condições de concorrer e passar na prova, não há motivos para vedar a entrada.
- Em relação ao Estado, a Prefeitura paga melhor (horas/aula), porém não há transparência no processo seletivo e o conteúdo das provas não condiz com o trabalho a ser realizado;
- Em alguns centros educacionais (Bairro da Juventude e PROEJA), só entra por indicação (falta transparência no processo seletivo)

5.2.2 - Ciência, Tecnologia e Inovação

- > Temos boas matrizes econômicas, mas estão defasadas;
- > Não existe ambiente propício para trazer novos players, gerando assim mais competitividade. Exemplo Portinari e Ceusa;
- > Temos ótimas pesquisas que outros locais buscam e nós não os aproveitamos. Exemplo (SATC e Unesc). Várias pesquisas estão na gaveta;
- > Nossa imagem ligada ao carvão nos prejudica em novos fomentos; (carvão é 100% dependente do governo). Muito lobby.
- > Não temos autonomia energética, exemplo energia solar;
- > Estamos fadados a não termos água em 20 anos. Temos um projeto (Prof Miriam) que poderia despoluir o Rio Mãe Luzia, mas o lobe do carvão é forte para não tocar o projeto. Está engavetado;
- > Éramos vanguardistas em inovação junto Blumenau (Betha sistemas, Domínio sistemas e mais algumas), outros estados com fomento hoje despontam e nós estagnados. Fonte de ISS na veia, economia limpa e barata.
- > O Sul é mais ciências humanas do que exatas, o norte do estado é mais exatas, mais indústria.
- > A cidade não tem o chamado Placebranding, não possuímos uma marca. Mesmo com vários modais industriais, nada mais se destaca a não ser o velho carvão, nos deixando dúbios em posicionamento.
- > Não usamos o porto seco.

5.3 – AÇÕES PROPOSTAS

EDUCAÇÃO

- Maior transparência no processo seletivo de ACTs, e alterar o prazo de vigência contratual (ao invés de anual, fazer bienal, sem quarentena)
- Avaliação do processo seletivo diferenciada conforme a matéria a ser desempenhada pelo professor;
- Efetuar um levantamento das escolas que necessitam melhorar a estrutura para se adequar ao contraturno e possibilitar a execução de projetos na área de esporte, por exemplo;
- Merenda escolar: preferência por alimentos orgânicos e produzidos por produtores locais
- Capacitação constante: gestores (diretores), professores e pais membros de APPs (ressaltar importância da comunidade no envolvimento das atividades escolares)
- PROJETO VOLTA ÀS AULAS PÓS PANDEMIA: juntamente com Conselho Municipal de Educação e gestores das unidades, traçar um planejamento de retorno às aulas após a pandemia, tais como: a) elaboração de critérios de avaliação de aprendizagem; b) comunicação constante entre pais e professores; c) investimento em tecnologia como ferramenta de estudo e reforço escolar; d) retorno gradual com observância das normas de saúde;
- Criar o DIA DO VOLUNTARIADO: cada responsável que tiver uma técnica que possa melhorar a estrutura da escola (pintor, mecânico, eletricitista, pedreiro, jardineiro, cozinheira, costureira, etc) juntamente com a APP, fazer um levantamento da estrutura que necessita de pequenos reparos e, com auxílio do empresariado local, conseguir materiais para pequenas reformas na escola. As mães poderão fazer pasteis e bolos para vender e os recursos reverterem para a APP. Objetivo do projeto: maior integração família – comunidade - escola

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Promover no âmbito do legislativo Municipal, ações para fomento da Inovação e do empreendedorismo tecnológico, criando uma COMISSÃO que dará suporte às pessoas que atuam na área da Inovação para

desenvolvimento de Projetos, cursos, e ações que irão fomentar a Inovação em Criciúma.

➤ Criar um evento Municipal na área da Ciência, Tecnologia e Inovação, viabilizando a participação de entidades, empresas locais, com o objetivo de apresentar novidades, produtos, ideias, estimulando a divulgação e o fomento ao empreendedorismo.

➤ Criar Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

➤ Criar, por meio de Lei Municipal, a previsão de fomento as empresas de base Tecnológica – as Startups, onde os inventores independentes poderão se organizar em incubadoras, polos e parques tecnológicos. Essa lei iria prever se não tiver;

a) – Conselho Municipal;

b) – Programa de Incentivo

c) - Fundos (Projetos de financiamento)

d) – Criação de um Centro Municipal de Inovação.

➤ Porto Seco tecnológico. Estamos em um lugar privilegiado, perto do porto e ligamos o RS;

➤ No RJ existe um acelerado que fez um projeto em locais carentes onde desenvolvia fazendinhas para captação de energia solar e vendiam a produção para criar renda aos participantes do projeto;

➤ Acreditamos que o caminho pra isso envolve as universidades, investindo em ciência, tecnologia e inovação, pois é dentro das universidades que as ideias e projetos acontecem;

➤ Pesquisar e investir nos projetos, teses, artigos e demais já concluídos nas universidades;

➤ Criar um Conselho Consultivo com Unesc, Esucri, Satc, Acic e CDL, sem prejuízo de outras entidades capacitadas;

➤ Propor um convênio de cooperação técnica com a Estônia, um dos países que tem o governo mais digital do mundo, se não o maior! Governo de Criciúma/Unesc/Estônia;

➤ Realizar Fóruns permanentes de ciência, tecnologia e inovação;

➤ Capacitação para o ingresso do jovem no mercado de trabalho. O Mercado está carente de profissionais capacitados.

➤ Criar uma linha de comunicação (Aplicativo e outras), para os jovens se comunicar com rapidez e uns aos outros se ajudarem em vagas de emprego. (vejo muitos jovens sem trabalho).

- Criar workshop e palestras para que os jovens se interessem por nossas políticas públicas.
- Seria interessante um centro de capacitação e investimento nas áreas de inovação, através desse centro poderia capacitar pessoas para a área de tecnologia e já colocar em pratica os conhecimentos para desenvolvimento de projetos de inovação para a prefeitura. Poderia ser aplicado em vários departamentos da prefeitura para criar soluções que visam a redução de custos e facilidades para o cidadão no seu dia a dia
- Poderia falar sobre comodidade usando a tecnologia. Faria que todo protocolo, guias, encaminhamentos fosse liberado por plataforma digital, sem necessidade de presença na sede da prefeitura
- Disponibilizar bolsas de estudo para os melhores alunos da universidade e dos institutos de ensino da cidade. As instituições de ensino privado na cidade cobram alto por suas mensalidades e desmotiva bons alunos a ficarem na cidade.
- Uma boa métrica seria a meritocracia. Independentemente da classe social, os melhores alunos destacados por notas e liderança deveriam ser agraciados com bolsas integrais. Fazendo com que estimule boas mentes a permanecerem na cidade.
- Lançamento de uma campanha de desafios de tecnologia com uma banca avaliadora de projetos para solução de problemas reais da cidade, tipo os eventos de startup. A empresa ganhadora teria incentivos do governo para desenvolvimento das soluções. Licitação na modalidade concurso.

6. ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.1 - ENTENDIMENTO:

Assistência Social é uma política pública que possibilita a todos que vivem no Brasil, ter seus direitos mais básicos garantidos. Por meio dela, as pessoas vulneráveis ou que enfrentam dificuldades na família ou na convivência com a comunidade têm apoio, orientação, acolhimento e proteção, além de encaminhamento aos serviços da assistência social ou a outras políticas públicas, como saúde e educação. A **Assistência Social** é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A **Assistência Social**, diferentemente da previdência **social**, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. A complexidade da realidade social na contemporaneidade traz para o Serviço Social, novos desafios para a intervenção profissional, exigindo uma redefinição nos parâmetros teóricos, metodológicos, éticos e políticos.



Na Constituição Federal, os artigos 203 e 204 idealizam a Assistência Social enquanto política, sendo a mesma de responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão. Como especifica o artigo primeiro da Lei

Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013).

Para a Assistência Social os artigos 203 e 204 idealizam a Assistência Social enquanto política, sendo a mesma de responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão.

Art. 203 a assistência é direito de quem dela precisar;

Art. 204 vem determinar que o estado é responsável pela descentralização de recursos.

O que é Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)?

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

Conhecendo o território, a equipe do Cras pode apoiar ações comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, atuando junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros.

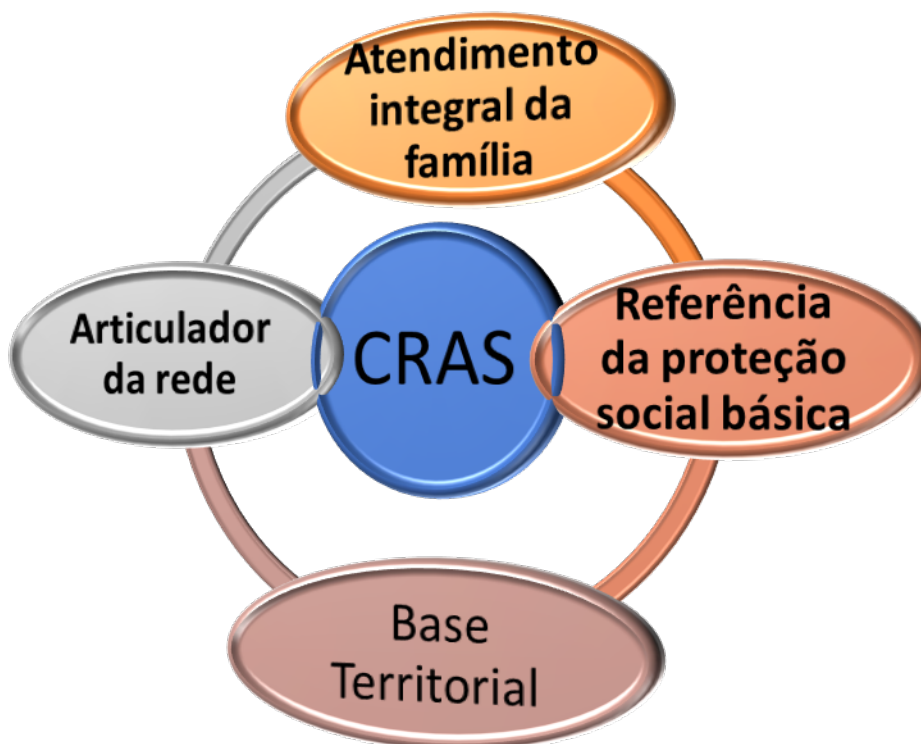
Serviços ofertados

O Cras oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No Cras, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Público Atendido

Famílias e indivíduos em situação grave desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas

inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.



O que é Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)?

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Serviços ofertados

A unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no Creas também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à

família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária.

Público Atendido

Famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

6.2 - DIAGNÓSTICO

O que vem acontecendo em nosso município é que temos apenas 6 CRAS e 1 CREAS, o que dá a sensação de que a rede socioassistencial não funciona, mais na verdade precisamos de mais investimentos, como elaborar um estudo mais detalhado e uma redistribuição dos territórios dos CRAS, aumentar o número de equipes de acolhida e se possível implantar mais alguns CRAS, desta forma as equipes conseguirão chegar ao atendimento de um número maior de pessoas, levando informações que podem melhorar significativamente a vida de muitas pessoas e conseqüentemente o convívio na sociedade. Aumentando os atendimentos pelos CRAS vamos conseguir mapear com eficácia a real situação dos munícipes o que retornará como indicadores para nortear novas políticas públicas de forma a promover a garantia de direitos a todos os cidadãos criciumenses.

O CRAS atua na prevenção de situações de vulnerabilidade social, trabalha o atendimento básico para garantia de direitos.

O CREAS atua a partir do momento em que o direito já foi violado. Trabalhando em duas esferas de média e alta complexidade, média complexidade é quando o usuário tem o seu direito violado e tem seu vínculo familiar rompido, os profissionais do CREAS vão atuar de forma a recuperar os vínculos familiares, de forma a fazer com que o usuário reaja a sua condição de vulnerabilidade, feito isso este usuário retorna

para os atendimentos no CRAS para acompanhamento no sentido de garantir que esses vínculos não sejam rompidos novamente.

Por outro lado, a alta complexidade se dá quando o usuário já não tem mais vínculos familiares e então precisa ser encaminhado para instituições que farão o seu acolhimento, aqui também temos um problema que é a **falta de locais para estes encaminhamentos**, no município temos apenas alguns abrigos para menores, casa de passagem, Centro Pop e três CAPS. Porém, não temos uma clínica especializada para recuperação de dependência química, que é o maior causador dos problemas de situações de vulnerabilidade social.

Segue abaixo o mapa de composição de um CRAS já vai dar para entender o quão estamos desatualizados.

Qual a composição da equipe de referência do CRAS?

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal
até 2.500 famílias referenciadas	até 3.500 famílias referenciadas	a cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, obrigatoriamente, psicólogo;	3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, obrigatoriamente 1 psicólogo;	4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS;
2 técnicos de nível médio.	3 técnicos de nível médio.	4 técnicos de nível médio.

6.3 AÇÕES PROPOSTAS

- Aumentar as equipes de acolhimento nos CRAS e CREAS além de realizar um estudo sobre a possibilidade de implementação de mais unidades de atendimento, visando com que o poder público municipal, por meio da assistência social, consiga chegar com eficácia em todas as regiões do Município;
- Buscar, junto a rede privada, parcerias para aquisição de recursos que possam ser utilizados em forma de auxílio no âmbito da assistência social, como cestas básicas, roupas, medicamentos, fraldas entre outros tantos produtos que podem servir para garantir o mínimo de dignidade aos munícipes usuários do Sistema Único da Assistência Social (SUAS);
- Buscar junto as nossas universidades bem como nas escolas de cursos técnicos, uma parceria no sentido de promover bolsas de estudo para os cidadãos que hoje não têm a oportunidade de estudar, visando, assim, uma qualificação profissional que vai ajudar na conquista de emprego e garantia de renda;
- Criar galpões no município ou utilizar alguns prédios públicos que hoje estão sem utilização ou subutilizados para que, em parceria com a rede privada (empresas e instituições de ensino) possam oferecer alguns tipos de cursos profissionalizantes, que venham a ser ministrado em contraturno escolar e, dessa maneira, tirar os jovens e adolescentes das ruas além de prepará-lo para o mercado de trabalho;
- Criar algum tipo de incentivo junto a empresas do município para que estas possam aumentar a contratação de jovens, por meio de um programa municipal de apoio ao jovem aprendiz;
- Implantar um galpão solidário, onde possa se trabalhar na arrecadação de materiais de construção que seriam descartados, de modo que estes seriam arrecadados e posteriormente revertidos para pessoas que precisam. Exemplo: um cidadão que reforma sua casa e tem uma janela que ainda está em condições de uso ele acaba descartando, muitas vezes até em terrenos públicos quando não coloca fogo, se tiver um local que ele possa levar e que depois vai ajudar outra pessoa, com certeza ele vai levar e alguém com necessidade vai poder usar. Existe uma vasta gama de materiais que podem ser reutilizados como também móveis e eletrodomésticos;

Criar de uma clínica para tratamento de pessoas toxicodependentes, hoje temos apenas alguns leitos para internação que são contratados conforme a disposição das entidades particulares e na maioria dos casos as famílias não têm condições de arcar com essas despesas, o que resulta o grande número de ambulantes em toda a cidade. Tal circunstância poderia ser evitada se tivéssemos um local apropriado para realizar o tratamento e devolver o cidadão para a sociedade em plenas condições físicas e mentais, de forma que este venha conseguir um emprego e realmente mudar sua vida;

- Retomar os atendimentos do consultório de rua, esse serviço é fundamental para trabalhar as demandas dos chamados moradores de rua, essa equipe do consultório de rua trabalha nas ruas da cidade acolhendo os moradores de rua e encaminhando para os serviços de atendimento como os CAPS. Centro Pop, Casa de passagem entre outros encaminhamentos que se possa fazer visando tirar o indivíduo da rua;
- Buscar recursos para novos programas de moradia, o que não acontece em nosso Município há bastante tempo. Existe uma fila de espera enorme na Secretaria de Habitação do Município, mas há muito tempo não é aderido a novos programas. É preciso identificar por qual motivo esses programas não são mais realizados;
- Ofertar programa que contemple as mães pós-parto que não possuem condições de adquirir itens de primeira necessidade, tais como fraldas, utensílios de higiene pessoal aos recém-nascidos, assim como vestuário e alimentos, bem como serem instruídas acerca dos direitos e deveres da família e da criança e do adolescente. Realizar acompanhamento mais intensivo por 6 meses;
- Intervenção nas redes de ensino de nível médio sobre gravidez precoce na adolescência;
- Criar cursos de capacitação para o mercado de trabalho, na preparação do jovem no desenvolvimento de suas potencialidades e capacitação de educadores sociais;
- Montar uma cozinha experimental com profissionais da área para a profissionalização de ajudantes de cozinha ou cozinheiros profissionais;
- Distribuição da alimentação produzida nas oficinas para instituições públicas e entidades filantrópicas. Este projeto visa o aproveitamento de

recursos públicos e a parceria com grandes empresas que possuem a necessidade de fornecimento de refeições diárias. Dessa forma, todo o adolescente que se formar terá imediato o encaminhamento para o mercado de trabalho;

- Criar cursos profissionalizantes que atendam a necessidade de jovens e adolescentes e suas famílias na sua qualificação e capacitação, no sentido de potencializar a sua ampliação de seu universo social;
- Promover práticas de aprendizagens e cidadania, estimulando vocações de adolescentes e jovens para o exercício consciente das escolhas e conquistas e do direito de sobrevivência digna, sobretudo facilitando o acesso aos meios de vida sustentáveis;
- Articular com a rede socioassistencial (Entidades e instituições) trabalho conjunto para o fortalecimento da política da assistencial social no município;
- Integração que transforma: este programa tem como objetivo contribuir para o que o ambiente escolar e as oficinas transformem-se num espaço de integração comunitária para, assim, favorecer transformações necessárias e de impacto social na transformação da vida do ser humano.

7. INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE, OBRAS E TRANSPORTE PÚBLICO

7.1 - ENTENDIMENTO:

Abrange o conjunto de serviços básicos indispensáveis para que a população de uma cidade viva confortavelmente, tais como: rodovias e sistema viário viáveis para o desenvolvimento da cidade, áreas seguras para circulação de pedestres, abastecimento e distribuição de água potável, fornecimento de gás canalizado, de energia elétrica, rede telefônica, serviços básicos de saneamento, drenagem, transporte público e outras facilidades.

7.2 – DIAGNÓSTICO

Podemos dizer que nas últimas décadas a cidade de Criciúma não tem recebido investimentos significativos em adequação e melhorias na infraestrutura, principalmente em sua malha viária e na mobilidade urbana, no sentido de viabilizar o uso de transporte alternativo. Adequar e ampliar o sistema de transporte coletivo pensando regionalmente tendo a região Metropolitana legalmente implantada e cidades conurbadas.

Malha viária: não há fiscalização da capacidade de carga dos caminhões que trafegam (ou espécie de asfaltamento alternativo para suporte de carga) ou alternativa de via para veículos menos pesados. Circulação de veículos próximos às escolas na hora do “rush”, centro da cidade intransitável.

Verticalização da cidade: aumento expressivo do número de prédios concentrados no centro, sem que haja um estudo de impacto de vizinhança e do aumento de fluxo de veículos da região.

Saneamento básico: em 2013, 62,2% da população era atendida pela coleta de esgoto com tratamento, sendo 30% composta por soluções individuais (fossa) e 7,8% sem coleta e sem tratamento (Fonte: Atlas Esgoto – Despoluição das Bacias Hidrográficas – Relatório de Esgotamento Municipal – Criciúma – ANA, 2017. Disponível em: http://portal1.snirh.gov.br/arquivos/Atlas_Esgoto/Santa_Catarina/Relatorio_Geral/Crici%C3%BAma.pdf)

Tarifa social de água e esgoto Casan: A CASAN, visando universalizar a prestação de serviços de abastecimento de água e coleta

de esgotos sanitários, disponibiliza uma tarifa diferenciada denominada "Tarifa Social", cobrada com valor especial, aplicada a todos os Clientes que, comprovadamente:

- Residir em imóvel até 70m² (setenta metros quadrados) de área construída para fins residenciais; e
- Ter rendimento familiar igual ou inferior a dois salários mínimos até quatro habitantes ou renda familiar per capita de até 0,5 salários mínimos por habitante; e
- Não possuir automóvel.

Ciclofaixas: não há (vide: <http://www.engeplus.com.br/noticia/geral/2020/ciclistas-realizarao-pedalada-em-protesto-apos-a-morte-de-adolescente-atropelado-em-criciuma>, em 24-06-2020)

Nos próximos quatro anos, vamos preparar o caminho de crescimento dos 10 anos que virão, quando nossa cidade chegará aos 150 anos. Essa preparação envolve pesados investimentos em infraestrutura, com destaque para o PDI (Projeto de Desenvolvimento Integrado) que elaboraremos e que o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aprove e financie.

Certamente Criciúma será uma das metrópoles do futuro e uma das principais cidades do interior do País, referência nacional em vários setores da economia e políticas públicas. Este crescimento precisa ser amparado por uma estrutura urbana que lhe dê sustentação, sendo este nosso próximo desafio.

Ações pertinentes que farão de Criciúma a cidade referência no conceito de cidade cidadã: transporte aéreo adequado, sistema viário organizado e seguro, transporte público funcional e eficiente, ciclovias interligando bairros ao centro e praças de lazer, calçadas padronizadas, parques ambientais e ou áreas de lazer em todas as regiões da cidade. São alguns dos exemplos essenciais para o crescimento/desenvolvimento de Criciúma que receberam e continuarão recebendo atenção especial.

7.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- a) Dotar as regiões de Santa Luzia, Rio Maina e Quarta Linha com terminais de transporte de passageiros;
- b) Construir ciclovias interligando os bairros ao centro, interparques e praças de lazer;

- c) Adequar a cidade com calçadas padronizadas permitindo a mobilidade mais segura para o pedestre e portadores de necessidades especiais (mediante a criação de Código de Posturas Municipais, amparado no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor, mais didático ao cidadão). Fiscalização pela Secretaria de Infraestrutura e Obras do Município.
- d) Disponibilizar e exigir dos novos empreendimentos, padrão no passeio público;
- e) Revitalizar equipamentos públicos (ruas, avenidas, parques, praças, prédios públicos, entre outros);
- f) Repensar o fluxo viário em alguns pontos críticos da cidade criando condições melhores de mobilidade considerando que a cidade cresceu e continua praticamente com a mesma estrutura viária, pavimentar as ruas da cidade ainda sem pavimentação adequada;
- g) Revisar o plano diretor;
- h) Planejar a cidade para os próximos anos (30 anos) em: água, energia, saúde, educação, mobilidade, segurança, lazer, transporte urbano, espaços para indústrias e serviços, tratamento dos resíduos sólidos e líquidos, amparo para os idosos, telefonia, transporte de cargas, entre outros;
- i) Implantar rede própria de fibra ótica para tráfego de dados, voz e imagem;
- j) Implantar sistema de gerenciamento da iluminação pública com sistema de georreferenciamento;
- l) ampliar rede de esgotamento sanitário, inclusive com alternativas sustentáveis para as residências de ocupadas por população de baixa renda.

8. SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

8.1 - ENTENDIMENTO:

A segurança pública tem passado por uma mudança importante de referência. Tem deixado de ser vista como um problema restrito do Estado, das instituições criminais e do direito. O novo referencial tem apontado para uma nova visão da segurança como espaço de participação comunitária (pública, mas não apenas estatal), como afeta a outras áreas de governo (social e não apenas criminal), como ligada a uma abordagem que concilia diversas disciplinas (particularmente das Ciências Humanas) e como problema de ordem regional ou global.

8.2 – DIAGNÓSTICO

Por maior que tenha sido o esforço de todo o sistema de segurança pública, polícia militar e civil, o que se percebe é que no dia a dia, os que estão a serviço da marginalidade têm se reinventado. A criminalidade, predominantemente a comercialização de drogas, os conflitos familiares, furtos e roubos, entre outros, tem marcado a história da nossa cidade. Intervir na organização desse sistema será um dos desafios da nova administração municipal. Bairros mais afetados: Renascer, Cristo Redentor, Boa Vista.

8.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- a) Ampliar o serviço de monitoramento por câmeras;
- b) Apoiar as forças de segurança que atuam no município;
- c) Ampliar o número de policiais e estrutura para o desempenho das suas atividades;
- d) Apoiar e/ou fortalecer a criação do Conselho Comunitário de Segurança;
- e) Fortalecer a rede de vizinhos;
- f) Estar mais próximo dos especialistas em segurança com a finalidade de se implantar, novos programas de segurança para a sociedade no sentido da preservação das pessoas e do patrimônio de cada um;

- f) Fortalecer a Guarda municipal visando garantir o adequado cumprimento de seu dever que é de proteger os bens, serviços e instalações pertencentes ao município;
- g) Ser parceiro apoiando programas que demonstraram serem eficientes no combate a marginalidade;
- h) Manter o PROERD em todas as escolas – Programa Educacional de Resistência às Drogas

9. AGRICULTURA, AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

9.1 - ENTENDIMENTO:

Por meio da atividade da agricultura, obtêm-se, além dos alimentos, matéria-prima para a produção de bens industrializados. A agricultura familiar está associada à policultura, haja vista priorizar práticas tradicionais de cultivo e de baixo impacto ambiental, além do que a agricultura familiar tem sido grande aliada da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental. Portanto, programas e projetos do governo têm sido primordiais para atuar nas famílias, colaborando com a qualidade de vida dessas pessoas, e fortalecer essa atividade por meio do cooperativismo.

9.2 – DIAGNÓSTICO

A primeira atividade econômica da nossa cidade foi a agricultura. Porém, nos últimos anos, a produção de alguns produtos da agropecuária vem diminuindo tendo como causa a pouca valorização e o aumento da área urbana. A área de produção permanente mais significativa no município de Criciúma é a cultura da banana, seguida da uva, laranja, e maracujá. Na produção temporária, o Município apresenta a produção de arroz, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho e tomate. O que tem desestimulado a vida no campo é o custo benefício. Regra geral os agricultores tem produzido para o sustento. Hoje muitas famílias agricultoras do município de Criciúma não vendem somente o produto bruto, mas formaram cooperativas ou pequenas agroindústrias onde produzem produtos alternativos e renda o ano todo.

O município de Criciúma tem aproximadamente 630 propriedades rurais com área de 12 a 15 hectares em média, o que não proporciona aos agricultores uma produção em grande escala. Sendo assim a agricultura do município é basicamente familiar.

Quanto à localização da produção da agroindústria podemos enumerar:

Cultura da banana - pode ser encontrada nos bairros Morro Estevão, Sangão, Morro Albino, Primeira Linha, Quarta Linha, Bairro Dagostim, São Marcos, Poço Um e Colonial;

Lavouras de milho - nos bairros Vila Visconde, Nossa Senhora do Carmo, Progresso, Linha Batista, Linha Anta, Demboski, Vila Maria e Vila São Domingos;

Produção de arroz irrigado pode ser encontrada nos bairros Mãe Luzia e Vila São Domingos;

A batata-inglesa pode ser encontrada nos bairros Verdinho, Mina União e Wosocris;

As lavouras de fumo se localizam com mais significância nos bairros Demboski, Linha Anta, Linha Batista, São Roque, Verdinho, Vila São Domingos e Vila Maria;

O aipim tem maior área plantada no bairro Verdinho;

A produção de hortaliças vem ganhando força nos últimos anos no município, por ser uma atividade mais familiar e que não necessita de grandes extensões de terras para plantar, além de receber o incentivo da cooperativa para facilitar a venda dos produtos. Este tipo de cultivo se concentra nos bairros Linha Anta, Linha Batista, Demboski e Morro Albino;

O município de Criciúma também produz gado leiteiro, atividade esta que vem crescendo nos últimos anos. Além da comercialização do leite os produtores têm ganhado com a produção e venda dos seus derivados. A produção leiteira se concentra nos bairros Linha Batista, Linha Anta, Demboski, São Roque e Verdinho.

CONSIDERAÇÕES:

A relação custo-benefício da produção agropecuária não é satisfatória, isto porque o custo para produzir está muito alto, considerando os gastos com insumos, fertilizantes e sementes e o valor de venda do produto é baixo;

O agricultor tem que fazer bastante economia no decorrer do ano para conseguir viver da agricultura;

É possível viver somente da agricultura, mas que a relação custo-benefício não é tão satisfatória como poderia ser, é preciso valorizar mais a produção agrícola familiar;

Importante considerar quem coloca a comida na mesa da população não é o grande produtor rural com suas grandes extensões de terra que produz soja ou etanol entre outras coisas; este é o exportador de produtos. A produção da agricultura familiar fica dentro do próprio país e garante com que o brasileiro tenha um alimento com qualidade em sua mesa;

A agricultura tem bastante futuro, pois a população em geral necessita dos produtos oriundos principalmente da agricultura familiar. Hoje os agricultores já estão buscando se profissionalizar e especializar mais em cursos, mas devem buscar muito mais que isto e procurarem formas de se organizar como associações, cooperativas, sindicatos: “porque sozinho ele pode ser fraco, mas unidos em grupos os agricultores ganham força e podem buscar maneiras de diversificar a produção a partir do que é produzido nas suas propriedades”.

DEPOIMENTO

Apesar de que a área rural e a produção agrícola do município vêm diminuindo nos últimos dos anos, sentiu-se um amor muito forte por parte dos agricultores em relação à vida no campo, apesar de ser uma vida onde se tem que trabalhar bastante. Mesmo assim os produtores rurais se mostraram felizes com a vida que levam, e jamais deixariam o lugar em que vivem. Entretanto eles sentem que falta a valorização da agricultura familiar por parte da população em geral e dos órgãos públicos, que poderiam dar um incentivo maior para os agricultores.

9.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- a) Incentivar e apoiar a implantação de novas cooperativas para o produtor rural, principalmente por meio da economia solidária.
- b) Implantar o Centro de comercialização para o produtor rural;
- c) Aquisição, pelo poder público, dos produtos da região para a merenda escolar do Município;
- d) Implantar o Programa “Caminhos do Progresso Rural” destinado à permanente manutenção de estradas rurais;

- e) Promover eventos com destaque para a produção rural; ([Ver: https://www.facebook.com/Feira-Org%C3%A2nica-e-da-Agricultura-Familiar-de-Crici%C3%BAma-2170034153223331/](https://www.facebook.com/Feira-Org%C3%A2nica-e-da-Agricultura-Familiar-de-Crici%C3%BAma-2170034153223331/))
- f) Capacitar o produtor rural;
- g) Disponibilizar financiamentos para o pequeno produtor rural;
- h) Implantar o Centro de Distribuição Social junto a CEASA, destinado à receber de forma centralizada produtos para o banco de alimentos, a compra direta, o restaurante popular e a merenda escolar
- i) Recuperar áreas rurais degradadas, nascentes e matas ciliares, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente;
- j) Estabelecer parcerias, com órgãos competentes de pesquisa e inovação na agricultura, para melhorar as condições de vida e produção para as pequenas propriedades.
- l) PROJETO: ESSE É DA NOSSA TERRA! Criação de selo específico para produtos da agricultura familiar, no sentido de estimular o consumo local;

10. CULTURA

10.1 - ENTENDIMENTO:

Cultura significa todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também, por fazer parte de uma sociedade da qual é membro.

10.2 – DIAGNÓSTICO

Criciúma é na sua essência uma cidade cultural tendo como premissa sua colonização pelos Italianos, poloneses, africanos, alemães e portugueses, cada um trazendo e cultuando suas tradições como: idiomas, danças, trajes, comidas, costumes e histórias. A cada ano queremos envolver essas pessoas em festivais que marcam a trajetória cultural da cidade entre eles os tradicionais festivais de danças, música, arte e a maior festa das etnias conhecida como quermesse. Fazer dos espaços culturais da cidade um ponto de encontro para todos os cidadãos como um espaço do “saber cultural”. Como meta principal colocar o teatro municipal em pleno funcionamento atraindo grandes espetáculos e incentivando talentos locais posicionando Criciúma no circuito nacional. Um povo sem cultura é um povo sem história.

10.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- a) Promover eventos culturais interescolares (concursos);
- b) Fazer dos espaços culturais municipais um espaço de arte, cultura e de aprendizagem para todos;
- c) Inserir no calendário escolar visitas orientadas nesses espaços culturais;
- d) Criar projetos de incentivo a leitura;
- e) Prover a cidade de grandes espetáculos;
- f) Garantir e fortalecer os eventos já reconhecidos na cidade;
- g) Possibilitar a inserção de novos eventos que tenham foco na manutenção e fortalecimento da nossa cultura.

11. ESPORTE E LAZER

11.1 - ENTENDIMENTO:

O esporte de lazer se caracteriza pelo não-profissionalismo e tem como características principais a busca por prazer e socialização, compensação, recuperação ou manutenção da saúde, equilíbrio psicofísico, restauração e relaxamento. No entanto o esporte de rendimento poderá ser uma opção de vida para muitos jovens.

11.2 – DIAGNÓSTICO (1)

A rede de ensino municipal faz seu trabalho para descobrir talentos, mas tem dificuldade em dar continuidade por falta de ações/eventos na área esportiva pela Secretaria Municipal de Esportes, entre eles: festivais, gincanas entre escolas, entre Bairros e outros eventos. Soma-se a isso, escolinhas esportivas inexistentes, jogos escolares com pouca participação, esporte de alto rendimento mal gestado – sistema de contratação, falta de ciclofaixas, falta profissionais qualificados para orientação nas academias ao ar livre, dos 118 bairros de Criciúma, 72 possui escola municipal e o uso de Leis de incentivos.

No esporte de lazer, com a aproximação nas comunidades via projetos esportivos nas escolas ou espaços públicos, a necessidade esportiva cresce com a procura do esporte em outras camadas.

No esporte de transformação: esporte de base, etapa onde serão descobertos os atletas e os cidadãos de bem. O cidadão atleta segue para o esporte de alto rendimento e o cidadão de bem seguirá para a sua escolha profissional.

No esporte de alto rendimento, com o esporte acontecendo e os trabalhos realizados, começam apresentar resultados que apontam para o alto rendimento – o topo da pirâmide.

O esporte sempre acaba envolvendo os eixos: social, educacional e saúde.

11.2 – DIAGNÓSTICO (2)

1. Professores da rede de ensino municipal fazem seu trabalho para descobrir talentos, mas tem a dificuldade de apresentar ou dar continuidade por falta de ações da Prefeitura/ Fundação de Esporte como realizações de festivais, gincanas.... entre escolas, bairros que dali aparecem talentos que podem ser descobertos e tomarem a base do esporte, participando das associações;
2. Escolinhas esportivas: inexistentes na Fundação Municipal de Esportes;
3. Jogos escolares com poucas escolas participando;
4. Esportes de alto rendimento, mal gestado, mal aplicado o sistema de contratação. Hoje representado pelas Associações, com a liberação de 900mil reais, são pagos bolsas atletas à atletas contratados para representar o Município de Criciúma;
5. Falta de ciclofaixas;
6. Falta de profissional qualificado para orientação nas academias ao ar livre;
7. Leis de incentivos;
8. Dos 118 bairros do Municípios e Criciúma, 62 bairros possuem escolas municipais.

11.3 – AÇÕES PROPOSTAS (1)

- a) Implantar projetos socioesportivos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação dentro das escolas;
- b) Fazer uso das estruturas públicas como praças, campos de futebol e ginásios poliesportivos nos Bairros sem Unidade Escolar;
- c) Fomentar ações esportivas envolvendo desde a criança até a melhor idade – projetos socioesportivos;
- d) Implantar nas escolas o contraturno escolar oportunizando atividades para o aluno;
- e) Promover olimpíadas interbairros com: gincanas, desafio de bocha, passeio ciclístico, corrida de rua, caminhada, câominhada, jogos de carteados, xadrez, patins, skate, basquete, vôlei, futebol e outras atividades;
- f) Criar o domingo “Lazer”;

- g) Ciclofaixa de parque a parque integrando os parques e praças da cidade;
- h) Criar escolinhas nas comunidades com projetos socioesportivos, e usar desses projetos, para a descoberta de atletas para base esportiva do município;
- i) Utilizar de todas as possibilidades de captação de recursos que a legislação permite (ISS, ICMS, IR, SICONV, Estatuto da Criança e do Adolescente e Idoso), bem como buscar parcerias público privado (PPP);
- j) Estabelecer parceria com empresas de transporte público para o transporte dos atletas gratuitamente – cartão atleta;
- l) Viabilizar recursos para a instalação de uma moderna arena multiuso

11.3 – AÇÕES PROPOSTAS (2)

1 - Esporte Educacional e esporte de Iniciação = Esporte para todos

A criança precisa estar na escola fazendo esporte e no esporte fazendo escola. Desempenho escolar é essencial para continuidade da criança no projeto, indicador de avaliação no início e no término das aulas, será usado monitoramento das notas por meio de boletim escolar.

Para os bairros com escolas municipais:

- Fazer a implantação dos projetos socioesportivos em parcerias com a secretaria municipal de ensino dentro das escolas;
- Para os bairros sem esta estrutura de ensino municipal, fazer uso das estruturas públicas como praças, campos de futebol e ginásios poliesportivos;
- As estruturas e ações esportivas propostas para esse bairros atenderão toda a comunidade desde crianças até a melhor idade e também pessoas com necessidades especiais;
- Fomentar o esporte nessas comunidades através dos projetos socioesportivos, fortalecimento dos jogos escolares e a criação de um evento esportivo. Ex. jogos interbairros;
- Implantação em contraturno escolar;

EXECUÇÃO: De início, fazer uso dos recursos já destinados na Fundação Municipal de Esporte para aquisição de material esportivo das modalidades propostas para essas escolas e bairros. Uso do profissional de educação física já presente no quadro de contratação municipal, profissionais que serão usados em todas as camadas da proposta esportiva. Em seguida, utilizar as leis de incentivo ao esporte (Estatuto da Criança e do Adolescente, estatuto do Idoso), leis de incentivo ao esporte municipal (ISS), lei Estadual (ICMS), lei Federal (IR), parceria com o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) e também as Parcerias Público Privado (PPP) ou incentivo direto*Comunidade: criança, adolescente, jovens, adultos, melhor idade e pessoas com necessidades especiais.

2 – Esporte de lazer

Com a aproximação nas comunidades via os projetos esportivos nas escolas ou espaços públicos a necessidade esportiva cresce com a procura do esporte em outras camadas.

- ✓ Criar festivais interbairros, gincanas, desafios de bocha, passeio ciclístico, corrida de rua, caminhada, caminhada, jogos de carteados, xadrez, patins, skate, basquete 3 x 3, beach vôlei, futvôlei, futebol, entre outros;
- ✓ Criar o “domingo Lazer”- famílias fazendo esporte em segurança com : ciclofaixa – semestral como: fechar a avenida das 7 às 13 horas no domingo (2 x ao ano);
- ✓ Ciclofaixas de praça a praça: Ex. Parque das Nações ao Parque Altair Guidi, unir dois parques.

EXECUÇÃO: Fazer uso das leis de incentivo ao esporte municipal (ISS), lei estadual (ICMS), lei federal (IR), Parceria de incentivos diretos ou PPP.

3. Esporte Transformação: Esporte de base

- ❖ Escolinhas da modalidade implantadas nas comunidades com projetos socioesportivos, usando esses projetos para a descoberta do Município;
- ❖ Etapa onde serão descobertos os atletas e os cidadãos de bem. O atleta segue o caminho para o alto rendimento esportivo e o cidadão segue para as escolas técnicas e profissionalizantes.

EXECUÇÃO: Etapa importante para continuidade das leis de incentivo ao esporte, Municipal (ISS), Estadual (ICMS), Federal (IR), momento de

descobertas de talentos esportivos para o município e o fortalecimento das competições como OLESC, Joguinhos, JASC, PARAJASC entre outros. Utilizar as leis de incentivo ao esporte municipal (ISS), lei Estadual (ICMS), lei Federal (IR), Parceria Público Privada (PPP) ou incentivos diretos. Momento importante também na parceria com a Secretaria de Educação e empresas de transporte público, ônibus para o deslocamento das crianças dos bairros, dos projetos esportivos para as escolinhas de base que estarão próximas do centro da cidade – cartão atleta.

4. Esporte de Rendimento

Com o esporte já acontecendo em várias camadas os trabalhos realizados começam a apresentar resultados que apontam para o alto rendimento, para o topo da pirâmide.

EXECUÇÃO: Fazer uso da bolsa atleta, com critérios que valorizam os trabalhos realizados pelos projetos e escolinhas realizadas no município. Ex. bolsa aos atletas descobertos nas categorias de base. Continuidade das leis de incentivo Municipal, Estadual, Federal PPP e incentivos diretos.

EXECUÇÃO PARA APROVAÇÃO DAS AÇÕES CITADAS:

1. Buscar as informações nos bairros para entender as carências esportivas que acontecem no município e se necessário readequar as propostas de ações;
2. Trabalho com parceria e leis de incentivos para desoneração dos cofres públicos;
3. Parceria da Secretaria de Esportes com a Educação para conseguir fazer um melhor trabalho de desenvolvimento no esporte e na própria educação;
4. Esporte para todos e esporte de lazer funcionam simultaneamente para descoberta de talentos para o esporte de base;
5. O esporte sempre acaba trabalhando em dois eixos no município: Social e Educacional, competitivo e alto rendimento.

12. DEFESA CIVIL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

12.1 - ENTENDIMENTO:

Defesa civil ou proteção civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social. Mudança climática ou alteração climática refere-se à variação do clima em escala global ou dos climas regionais ao longo do tempo.

12.2 – DIAGNÓSTICO

Temos acompanhado nos últimos anos, principalmente, grandes mudanças climáticas. Tais eventos trouxeram para toda população e, principalmente ao poder público, graves consequências e prejuízos de grande monta bem como, vidas perdidas. Diante dessa realidade faz-se necessário que o poder público esteja preparado e informado para que ações preventivas sejam tomadas minimizando, na medida do possível, maiores prejuízos de toda ordem.

12.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- a) Fortalecer a defesa civil com profissionais, equipamentos e infraestrutura para atender possíveis catástrofes de toda ordem;
- b) Criar canal de comunicação entre a defesa civil e clima com a população quanto a possíveis catástrofes e outras informações relevantes;
- c) Elaborar mapa de risco da cidade para que áreas desse tipo não sejam ocupadas ou utilizadas para fins indevidos;
- d) Montar e trabalhar programas com a população principalmente nas escolas;
- e) Monitorar permanentemente as e divulgar mudanças climáticas principalmente as de alto risco;
- f) Subsidiar, com informações, o poder público para tomada de decisões que requerem dados técnicos;

g) Auxiliar os agricultores com informações do tempo para a proteção da produção do campo.

13. TURISMO

13.1 - ENTENDIMENTO:

Turismo é o conjunto de atividades que envolvem o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, seja ele doméstico ou internacional. Como Criciúma e o Sul de SC poderão fazer do turismo uma oportunidade de geração de emprego e renda? Temos a serra, o mar, gastronomia típica, turismo religioso, infraestrutura de boa qualidade, produtos típicos e com marca de procedência, entre outras tantas oportunidades.

13.2 - DIAGNÓSTICO

O Sul de Santa Catarina está inserido numa região privilegiada por estar localizada entre a serra e o mar. As belezas naturais são abundantes e de encher os olhos para quem aprecia a natureza. A cidade de Criciúma é umas das cidades do Sul, contemplada com essa maravilha. Tendo na sua história a degradação ambiental provocada pela exploração do carvão, mesmo assim ainda guarda muitas belezas para serem admiradas. Nos últimos anos muito se fez para a recuperação dessas áreas, sendo transformadas em espaços urbanos para o lazer e outros fins. Mas em se falando de turismo precisamos pensar regionalmente pois cada unidade municipal, tem suas características, que somadas, transformam a região num grande potencial turístico. O que não dá para pensar é só localmente. Podemos sim agir localmente, mas, pensar regionalmente. Um grande movimento que somado entre todos os potenciais, serra e mar, poderemos criar um grande negócio turístico e todos serem beneficiados. Deveremos criar um movimento pró Região Sul envolvendo os órgãos de turismo municipais e estadual ou ficaremos nas falácias que somos uma região turística. Mas cabe ainda considerar que somado as belezas naturais, o turismo se faz também de eventos culturais, gastronômicos, religioso e de negócios. Por sermos uma região colonizada por diversas etnias poderá ser uma grande oportunidade de potencializar o turismo em nossa cidade.

13.3 – AÇÕES PROPOSTAS

- a) Criar uma Secretaria de Turismo efetiva;
- b) Discutir com os demais municípios o turismo integrado;

- c) Criar material informativo sobre o turismo da região;
- d) Promover eventos com foco na cultura e coisas da região;
- e) Promover eventos de negócios;
- f) Resgatar nossa história;
- g) Divulgar melhor nossa cidade e região enquanto potencial turístico;
- h) Melhorar nossos equipamentos públicos que tratam da história e cultura local.

14 . ÁGUA E MEIO AMBIENTE

14.1 - ENTENDIMENTO

A Terra possui 1,386 bilhões de quilômetros cúbicos de água, mas apenas 2,5% desse total é de água doce. O Brasil é um país privilegiado no que diz respeito à quantidade de água. Tem a maior reserva de água doce da Terra, ou seja, 12% do total mundial. Sua distribuição, porém, não é uniforme em todo o território nacional. Em todo mundo, em média, 10% da utilização da água vai para o abastecimento público, 23% para a indústria e 67% para a agricultura. No Brasil não é muito diferente os percentuais. Em nosso município a água utilizada é captada em outro município considerando que nossa realidade, no que se refere a mesma, é desastrosa. Nossos mananciais todos foram contaminados pela exploração do carvão.

14.2 - DIAGNÓSTICO

O município de Criciúma foi forjado pelas mãos dos bravos imigrantes europeus, descendentes de africanos, ex-escravos, e de outros povos, tornando-se polo regional e uma referência no país. Não obstante à pujança do seu crescimento, o modelo adotado nos 140 anos trouxe grandes resultados econômicos, mas também impactos ambientais que podem e devem ser corrigidos, colocando a cidade num contexto de sustentabilidade. Os usos e ocupação do solo, ao longo das várias décadas, deram-se preponderantemente condicionados aos interesses econômicos, em detrimento da preservação da cobertura vegetal, atualmente com menos de 2% da mata original, e dos recursos hídricos, comprometidos quase à sua totalidade.

A opção pelo adensamento populacional nas áreas urbanas do município, especialmente na central, em combinação com a opção da verticalização, com cada vez mais edifícios, também tem representado o comprometimento da qualidade ambiental urbana, em face da maior concentração de pessoas por metro quadrado. E conseqüentemente, representa um delicado problema em relação à mobilidade urbana, entre outros reflexos negativos.

Historicamente, a cidade foi “planejada” à luz dos interesses econômicos, em cada etapa do seu processo de urbanização, o que não representaria nenhum problema aos cidadãos se tivesse ocorrido a priorização dos aspectos coletivos. Esse mesmo modelo continua vigente, razão pela qual o município não avança em aspectos que poderiam torná-lo referência para a região, não apenas por representar






a maior cidade, mas pela adoção de uma gestão moderna, focada num urbanismo sustentável.

Os usos e ocupação do solo no município continuam obedecendo aos padrões do passado, com o contínuo desmatamento de áreas verdes remanescentes para projetos de loteamento. Tal manejo traz implicações diretas sobre os recursos hídricos, com o comprometimento de nascentes e outros cursos d'água. Por outro lado, o sistema de coleta e tratamento de esgoto, cuja implantação foi iniciada a partir da última década, ainda não chega a 50% de cobertura da população. Os rios do município, o Rio Criciúma, continuam recebendo cargas de esgoto doméstico e industrial, com o seu comprometimento devido à degradação.

A situação hídrica no município é crítica há muito tempo, considerando o comprometimento dos mananciais pela mineração de carvão e outras atividades. Atualmente, Criciúma depende quase que totalmente do abastecimento da Casan, a partir da transposição de água da Barragem do Rio São Bento. Não há plano B para um eventual colapso do sistema.

Importa destacar que a realidade hídrica de Criciúma é reflexo de uma situação regional. O município, integrante da região carbonífera, insere-se nas bacias do rio Urussanga e Araranguá, localizadas na RH 10. De um modo geral, ambas as bacias encontram-se muito prejudicadas em razão das atividades predatórias no seu território, em combinação com a falta de qualquer ação efetiva de gestão, preventiva ou de remediação. A barragem do Rio São Bento, que foi inaugurada nos anos 2000, atualmente atende a necessidade de vários municípios da região, porém com prazo de vida útil limitado considerando as dinâmicas de expansão socioeconômicas desse território – aumento exponencial da população e das demandas de água em razão das atividades agroindustriais.

A situação das bacias dos rios Urussanga e Araranguá está representada no quadro evolutivo hídrico catarinense, apresentado no Plano Estadual de Recursos Hídricos (SANTA CATARINA, 2018). O documento mostra que a maioria das bacias catarinense está em situação crítica, muito crítica ou insustentável. No caso das bacias do Sul, onde se situa Criciúma, a indicação é de insustentabilidade, considerando as projeções para os anos 2019 (já superado), 2023 e 2027:

	5 a 10% - Confortável:	Podem ocorrer necessidades de gerenciamento para solução de problemas locais de abastecimento.
	10 a 20% - Preocupante:	A atividade de gerenciamento é indispensável, exigindo a realização de investimentos médios.
	20 a 40% - Crítico:	Exige intensa atividade de gerenciamento e grandes investimentos.
	40 a 100% - Muito crítico:	Exige intensa atividade de gerenciamento e grandes investimentos.
	>100% - Insustentável:	Exige intensa atividade de gerenciamento e grandes investimentos urgentes.

Região Hidrográfica	Quantitativo			Qualitativo		
	2019	2023	2027	2019	2023	2027
RH1	24%	30%	39%	279%	291%	303%
RH2	14%	21%	33%	200%	202%	205%
RH3	23%	36%	63%	44%	45%	45%
RH4	7%	9%	14%	180%	187%	194%
RH5	14%	27%	65%	55%	58%	62%
RH6	40%	47%	59%	110%	115%	114%
RH7	35%	44%	58%	222%	236%	244%
RH8	28%	37%	59%	270%	288%	294%
RH9	24%	31%	49%	228%	251%	278%
RH10	164%	173%	204%	437%	487%	536%

Da mesma forma, a gestão de resíduos sólidos tem sido igualmente um problema, uma vez que a maior parte do “lixo” coletado na cidade ainda vai para o aterro sanitário como rejeito. Isso implica um custo maior na destinação ao aterro sanitário, que conseqüentemente terá a redução da sua vida útil. O município conta com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos (LEI Nº 7329, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018), com coleta seletiva sendo realizada em vários bairros do município, mas ainda muito aquém de abranger a maior parcela da coletividade. Da mesma forma, a atuação da municipalidade na mobilização de catadores e a inclusão desses no processo é muito limitada, conforme indica a Política Nacional de Resíduos Sólidos, inibindo o desenvolvimento de política inclusiva voltada à promoção da atividade como fonte de renda, em benefício das comunidades carentes periféricas do município.

Ao enfrentamento dos problemas ambientais, o município criou seu Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), ainda na década de 1990, que teve momentos de atuação mais efetiva no tocante à

indicação de políticas à área. E posteriormente, a Fundação de Meio Ambiente (FAMCRI), instituída pela Lei Complementar Municipal nº 061 de 04 de setembro de 2008. Seu papel, para além da função de controle e fiscalização, seria também atuar como uma indutora de políticas à área, o que não vem ocorrendo – a fundação tem se limitado a uma atuação de rotina, sem trabalhar de forma estratégica. A fragilização tanto do Comdema como da Famcri tem sido flagrante, comprometendo a qualidade ambiental do município, tanto nas áreas urbanas como rurais.

Atualmente, Criciúma conta com menos de 2% da sua cobertura nativa.

90% dos resíduos sólidos poderiam ser reaproveitados

Não há programa de recuperação de nascentes

Não há programa de captação de água de chuva

Bocas de lobo estão sendo fechadas

Priorização do asfalto sem a drenagem adequada.

14.2 - AÇÕES

- Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, a partir de diagnóstico sobre a área; Ampliação da rede de água e esgoto sanitário;
- Revisão do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos; Organização e Ampliação da Coleta Seletiva de Lixo;
- Revisão do Plano Diretor, com ênfase no enfoque da sustentabilidade e qualidade de vida – urbana e rural;
- Criação da Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão da Água, de forma articulada com os comitês de gerenciamento dos rios Araranguá e Urussanga e os demais municípios da região, considerando a condição interdependente da água no território das bacias;
- Fortalecer a Famcri para que o órgão cumpra de forma mais efetiva as suas funções regimentares, indo além dos trabalhos de rotina, assumindo papel mais estratégico na sua atuação;
- Fortalecer o Comdema, estimulando a participação democrática dos diversos segmentos da sociedade sobre as discussões ambientais do município;

- Promover a integração das políticas ambientais do município, geradas pelos Plano Diretor, Plano de Saneamento Básico, Plano de Gerenciamento de Resíduos e Plano de Segurança Hídrica e Gestão da Água, por meio de um comitê formado por representantes desses setores;
- Programa “Plante uma árvore”: fornecimento de mudas de árvores e arvores frutíferas para a população.
- Concurso de jardinagem e de casa mais autossustentável;
- Cursos de compostagem e reaproveitamento dos resíduos sólidos.